



Poder Judiciário  
**Conselho Nacional de Justiça**

Ata N. 2242228

**Rede de Sustentabilidade do Poder Judiciário.  
(Portaria nº 134/2025)**

<b>Data</b>	<b>Horário</b>	<b>Local</b>
18/6/2025	15h	Plataforma Teams

**INTEGRANTES**

Conselheiro Guilherme Feliciano -  
Coordenador

[guilherme.feliciano@cnj.jus.br](mailto:guilherme.feliciano@cnj.jus.br) /  
[gab.ggf@cnj.jus.br](mailto:gab.ggf@cnj.jus.br)

Compareceram à reunião telepresencial convocada por meio de ofício(s) deste Gabinete (dentre outros que, presentes, não pediram a tempo e modo a retificação desta ata, previamente apresentada a todos os magistrados e servidores que se apresentaram à reunião e foram depois reunidos em cinco listas de comunicação virtual instantânea): Desembargadora Maria de Fátima; Desembargadora Hermenegilda (TRT da 13ª Região); Dr. Max Mendonça (TRT da Paraíba); Dr. Lucas (chefe de gabinete do conselheiro Guilherme Feliciano); Dra. Lúcia (assessora do conselheiro Feliciano); Desembargador Garibaldi T. P. Ferreira (TRT12); Leandro Folly (TJAL); Maiara (TJRO); Gabriel C. Fernandes Coêlho (TRT11); Selmara Fernandes (CESUS); Júnia Oliveira (TRT3); Ingrid Viégas (TRE-MA); Priscilla Lima de Aragão; Fabiana (TRE-AL); Jaqueline Bagão Schoffen (TJMT); Valcilda Amorim; Gisele Lima (TRT11); Teresa Mendes (TJMA); Desembargador Leandro Paulsen (TRF4); Nakeida Mousinho (TJPI); Juíza Ana Carolina Villaboim da Costa Leite (TJRJ); Juíza Paula Feteira Soares (TJRJ); Décio Teixeira de Carvalho Junior (TRT21); Weslly Napoli (TRE/GO); Nathan Gabriel Reis e a Juíza Thais de Almeida (TRT 23ª Região); Francisco Nina Cabral (TST/CSJT); Valcilda Amorim - Unidade de Sustentabilidade e a juíza Auxiliar da presidência Zenice Mota (TJAC); Presentes do TRE-PA: juíza Adriana Divina da Costa Tristão - presidente da Comissão Gestora do PLS e servidora Lísia Regina Franco Dias - chefe da Seção de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e Social; Presentes na reunião pelo TJTO: Desembargadora Ângela Prudente- e Luciene Dantas; Juíza Soneane Raquel Dias Loura Simioli e servidora Jaqueline da Silva Ramos (TRT14); Solange Mendes Garcia, assessora de sustentabilidade e acessibilidade, e Rudma de Oliveira Rosa, coordenadora da Comissão Gestora do PLS (TER/RO); Ivan George Cheik Furtado Filho - Chefe de Seção de Sustentabilidade e ODS Thais Fernandes Machado - Secretária do Subcomite de Logística Sustentável (TJ/AM); Maiara Ribeiro de Moraes e Samira Alvim de Siqueira (TJRO); Lorrane Pereira da Costa (TER/RR); Patrick Dayan Guimarães Pinto (TER/AP); Juíza Roberta Santos (TRT8); Ana Livia Gama Jardim de Sá (TJ/RR); Evaldo de Menezes Tacho Júnior (TER/TO); Evelise de Oliveira Rodrigues (TJ/PA); Tatiana Toraci Góis (TRF5); Sandra Regina de Oliveira e Silva (TRE-PE); Karina S.C.Domingues (TRT20); Caroline Valeriano Damascena (TER/SE); Marco A. C. Lima (TER/BA); Orleanes Cavalcanti (TER/CE); Rodrigo Smith (TJ/MA); Silvia Viegas Gabinio (TJ/PB); Fabiana Tenorio de Freitas Silva (TER/AL); Juíza Carolina Pedrosa (TRT6).

## **Pauta**

### **Abertura dos Trabalhos pelo Conselheiro Guilherme Feliciano.**

O Conselheiro Guilherme Feliciano deu início formal à reunião, destacando sua função como presidente da Comissão Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do CNJ. Enfatizou a importância da política de sustentabilidade no Poder Judiciário e ressaltou que, apesar da relevância, essa pauta ainda é frequentemente relegada a segundo plano. Informou que a criação da Rede de Sustentabilidade do Poder Judiciário, por meio da Portaria CNJ nº 134/2025, assinada pelo presidente Luís Roberto Barroso, resultou de solicitação direta de seu gabinete.

Explicou que o principal objetivo da reunião era discutir a implementação da referida Portaria e os desdobramentos operacionais para garantir que a pauta de sustentabilidade tivesse continuidade e institucionalização, independentemente da gestão à frente da Comissão. O Conselheiro comparou esse modelo com outros já consolidados no CNJ, como as políticas voltadas à saúde, à pessoa com deficiência e à população em situação de rua.

A estrutura da Rede Nacional de Sustentabilidade foi descrita em detalhes,

contemplando dois níveis de atuação: o Comitê Gestor Nacional e os Comitês Gestores Regionais. O comitê nacional é presidido pelo Conselheiro Guilherme Feliciano e contará com representantes de todos os ramos do Judiciário, além de especialistas convidados. A composição do comitê nacional inclui representantes indicados pelo STJ, CJF, TST, CSJT, TSE, STM, CONCPC e os representantes eleitos dos comitês regionais. Os representantes deverão ser indicados por seus respectivos tribunais, e uma reunião presencial do comitê nacional será agendada após o recebimento de todas as indicações.

Em seguida, abordou-se o artigo 8º da Portaria CNJ nº 134/2025, que trata da eleição das coordenações dos Comitês Regionais de Sustentabilidade, a serem realizadas a cada biênio e organizadas pelos respectivos segmentos de Justiça. O Conselheiro esclareceu que a Portaria deliberadamente não detalhou o procedimento de eleição, deixando aos tribunais da respectiva região a autonomia para deliberar sobre a melhor forma de conduzir o processo.

Para facilitar a comunicação, foi proposta a criação de grupos de WhatsApp regionais, com um representante provisório de cada tribunal, para articulação da composição dos comitês e organização da eleição para a coordenação regional. Foram definidos os seguintes voluntários para a organização dos grupos:

Nordeste: Ingrid Viégas (TRE-MA), com apoio do TJMA, TRT13 e TRT21.

Centro-Oeste: Jaqueline Bagão Schoffen (TJMT).

Norte: Gisele Lima (TRT11), representando o presidente Desembargador Jorge Álvaro.

Sul: Desembargador Leandro Paulsen (TRF4).

Sudeste: Juíza Paula Feteira Soares (TJRJ), em nome do presidente Ricardo Couto.

Tribunais como TRT da Paraíba, TJ do Maranhão, TJ do Mato Grosso, TRT da 11ª Região, TRF da 4ª Região e TJ do Rio de Janeiro se candidataram à coordenação dos respectivos comitês regionais. O Conselheiro reforçou que a coordenação será de responsabilidade institucional do tribunal eleito, não necessariamente da pessoa física indicada no momento inicial.

O Conselheiro Feliciano informou que os nomes provisórios dos representantes dos tribunais deverão ser indicados até a meia-noite do dia 18 de junho de 2025, e os nomes definitivos, até quarta-feira, 25 de junho de 2025.

Além disso, os representantes foram orientados a formalizar a adesão ao Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Sustentabilidade, se ainda não o fizeram, mediante envio de ofício à Secretaria-Geral do CNJ, no endereço [secretariageral@cnj.jus.br](mailto:secretariageral@cnj.jus.br).

Discutiu-se, ainda, a realização das Semanas Nacionais de Sustentabilidade, previstas no artigo 7º da Portaria. O Conselheiro informou que, embora seja obrigatória apenas uma semana por ano, sua intenção seria realizar, ainda em 2025, ao menos duas semanas presenciais — uma sediada na Região Nordeste e outra na Sudeste.

Para a primeira, propôs-se a realização do evento na Paraíba, com organização coordenada pelo comitê regional do Nordeste. A Desembargadora Hermenegilda, representando o TRT da Paraíba, condicionou a viabilidade do evento à adesão e ao apoio dos demais tribunais da região. O TJ do Maranhão manifestou apoio imediato e sugeriu como possível tema “Gestão de Resíduos Sólidos”, mencionando a existência de parceria com universidade alemã especialista na área.

TRTs e TJs de outros estados do Nordeste também se colocaram à disposição para apoiar a iniciativa, inclusive o TRT da 21ª Região, com o compromisso de contribuir com estrutura e equipe. O Conselheiro reforçou que a definição do tema e a estrutura do evento seriam deliberadas coletivamente, e destacou que a participação social e a presença na mídia serão fundamentais para o sucesso da iniciativa.

Em relação ao segundo evento, previsto para novembro na Região Sudeste, mencionou tratativas já iniciadas com os presidentes dos tribunais paulistas (TJSP, TRF3, TRF2 e TRT15). A juíza Paula Feteira (TJRJ) confirmou a disponibilidade do tribunal em integrar a organização e apresentar a candidatura à coordenação regional.

O Conselheiro propôs que os nomes definitivos dos representantes de cada tribunal nos comitês regionais sejam indicados até a quarta-feira da semana seguinte e reiterou que a participação deverá ser formalizada pelos grupos de WhatsApp criados especificamente para esse fim.

Cada tribunal deverá indicar um representante provisório para integrar o respectivo Comitê Regional de Sustentabilidade, com envio obrigatório até as 23h59 do dia 18 de junho de 2025. Essa medida visa viabilizar a composição inicial dos comitês regionais e dar início ao processo de escolha das coordenações regionais.

Os nomes definitivos dos representantes de cada tribunal deverão ser encaminhados até quarta-feira, 25 de junho de 2025, conforme disposto nos artigos 6º a 8º da Portaria CNJ nº 134/2025, que regulamenta a estrutura da Rede Nacional de Sustentabilidade do Poder Judiciário.

A articulação regional será estruturada a partir da criação de grupos de WhatsApp, que funcionarão como canais oficiais de comunicação entre os membros da Rede em cada região geográfica. Os responsáveis pela criação e administração desses grupos são: Ingrid Viégas (TRE-MA), para a Região Nordeste; Jaqueline Bagão (TJMT), para a Região Centro-Oeste; Gisele Lima (TRT11), para a Região Norte; Desembargador Leandro Paulsen (TRF4), para a Região Sul; e Paula Feteira Soares (TJRJ), para a Região Sudeste.

Durante a reunião, foram formalizadas candidaturas à coordenação regional por parte dos seguintes tribunais: TRT13 (Paraíba) para a Região Nordeste; TJMT para a Região Centro-Oeste; TRT11 para a Região Norte; TRF4 para a Região Sul; e TJRJ para a Região Sudeste. Cada tribunal candidato deverá oficializar sua intenção nos grupos regionais de sua respectiva área geográfica, conforme as normas estabelecidas na Portaria.

Os tribunais que ainda não aderiram ao Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Sustentabilidade deverão encaminhar ofício de adesão à Secretaria-Geral do CNJ, utilizando o endereço eletrônico [secretariageral@cnj.jus.br](mailto:secretariageral@cnj.jus.br).

A organização da primeira edição da Semana Nacional de Sustentabilidade, prevista para setembro de 2025 e dedicada à Região Nordeste, ficará sob responsabilidade do TRT13, com apoio institucional do TJMA e do TRT21. O evento será realizado em formato híbrido e terá como tema central “Gestão de Resíduos Sólidos”.

Os tribunais da Região Nordeste, especialmente aqueles com maior capacidade operacional, deverão confirmar o apoio logístico necessário à realização do evento, o que inclui cessão de espaço físico, infraestrutura técnica, suporte organizacional e hospedagem institucional.

A coordenação da semana temática do Nordeste deverá também estabelecer contato com a especialista estrangeira indicada pelo TJMA, que já participou de eventos anteriores realizados no Maranhão, com o objetivo de viabilizar sua participação presencial ou virtual no encontro.

Paralelamente, será estruturada a organização da Semana Nacional de Sustentabilidade da Região Sudeste, prevista para o mês de novembro de 2025, com sede na cidade de São Paulo. A condução ficará a cargo do TJRJ, com apoio da coordenação regional Sudeste. A proposta seguirá o mesmo modelo adotado no Nordeste, com realização de oficinas, palestras, audiências públicas e ampla transmissão online.

A Comissão Nacional de Sustentabilidade atuará ainda na criação e mobilização de caravanas interregionais de boas práticas, cuja finalidade será promover o intercâmbio de experiências exitosas entre os diversos segmentos da Justiça,

possibilitando a replicação de projetos com impacto socioambiental positivo. A programação das Semanas Nacionais de Sustentabilidade será objeto de aprofundamento nas próximas reuniões da Rede Nacional, com definição detalhada dos temas prioritários, cronogramas de execução, seleção de especialistas, estrutura dos painéis, realização de oficinas temáticas e definição das metodologias participativas que serão utilizadas durante os encontros.

Será também item de pauta futura a estruturação das *caravanas da sustentabilidade*, que serão caravanas interregionais de boas práticas, com cronograma de visitas técnicas entre as regiões, definição de critérios de seleção dos projetos que serão apresentados, logística de deslocamento e formato dos encontros locais, que deverão servir como instrumento de fortalecimento institucional e intercâmbio de experiências. *Desde logo*, porém, *as caravanas acompanharão as próprias semanas nacionais de sustentabilidade*, com a participação direta e presencial do Conselheiro Guilherme Feliciano e/ou de parte do *staff* de seu gabinete em tais eventos, objetivando sempre conhecer pessoalmente as melhores práticas e levá-las ao conhecimento de outros tribunais e regiões, nas rodadas seguintes das próprias caravanas.

Outro ponto relevante que será tratado nas reuniões subsequentes é a organização do *2º Seminário Internacional para a Sustentabilidade no Sistema de Justiça*, com possibilidade de articulação com as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP30, prevista para ocorrer em 2025 no Brasil. Essa proposta inclui avaliar parcerias com organismos internacionais, definir temas transversais de interesse do Judiciário brasileiro e identificar oportunidades de inserção institucional do CNJ no contexto global.

Também deverá ser objeto de deliberação futura o acompanhamento da adesão dos tribunais ao Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Sustentabilidade, com elaboração de relatório consolidado, identificação de boas práticas institucionais e mapeamento de tribunais ainda não aderentes, visando à atuação estratégica da Comissão Nacional de Sustentabilidade junto a esses órgãos.

Por fim, será discutida a consolidação da governança da Rede Nacional de Sustentabilidade, com foco na definição das atribuições específicas dos Comitês Regionais, proposição de mecanismos de monitoramento de metas e resultados, e elaboração de instrumentos padronizados de planejamento e prestação de contas das ações de sustentabilidade nos tribunais.

Foi destacada mais uma vez a necessidade de ampla adesão ao Pacto Nacional pela Sustentabilidade no Poder Judiciário, lançado em outubro de 2024. *O Conselheiro reforçou a importância de os tribunais que ainda não subscreveram o pacto o fazerem até setembro de 2025, como forma de reconhecimento à atuação do presidente Luís Roberto Barroso na pauta ambiental.* Antecipou-se também que será constituído um *grupo de apoio executivo* formado por um ou dois tribunais de cada região geoeconômica que estejam mais adiantados nas providências relacionadas à Resolução 594 do CNJ, para prestar apoio e esclarecer dúvidas dos demais Tribunais do país. O conselheiro Guilherme Feliciano tratará de convidar os Tribunais que comporão o grupo de apoio até o final do mês de julho. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada com agradecimentos mútuos.

**Conselheiro GUILHERME FELICIANO**



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME GUIMARAES FELICIANO, CONSELHEIRO**, em 15/07/2025, às 21:23, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **2242228** e o código CRC **581E86CD**.